

Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Durante o exercício de 2020, o Tribunal de Contas da União proferiu as seguintes deliberações que foram atendidas de forma tempestiva, conforme se segue:

Processo TC	Expediente	Assunto	Resposta
015.800/2020-2	Ofício 0779/2020-TCU/Sefip, de 06/04/2020	Solicitação de documentação comprobatória referente ao cumprimento do requisito de quinze anos na carreira por ex-servidora, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.	Ofício nº 196/2020/COPAB/CGIP/DGP/SPG/ABIN/GSI/PR, de 17/04/2020, contendo as informações solicitadas pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefip/TCU.
033.767/2018-1	Ofício 14906/2020-TCU/Seprac, de 12/04/2020	Determinação proferida pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão/TCU nº 3447/2020-2ª Câmara), relativamente à necessidade de encaminhamento do Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2017, da versão classificada como sigilosa, como forma de subsidiar o julgamento do respectivo processo de prestação de contas anual.	Ofício nº 113/2020/GAB/DG/ABIN/GSI/PR, de 29/05/2020 (foi concedida prorrogação para entrega da resposta, tendo em vista a suspensão de prazo processual em decorrência da Portaria/TCU nº 71, de 16/04/2020).
037.815/2019-9	Ofício 16475/2020-TCU/Seprac, de 17/04/2020	Determinação para cessar qualquer pagamento decorrente do ato considerado ilegal (Acórdão/TCU nº 4518/2020-1ª Câmara), face ao pagamento cumulado de quintos e de opção, que vem sendo pago desde a concessão da pensão.	Ofício nº 319/2020/COPAB/CGIP/DGP/SPG/ABIN/GSI/PR, de 04/06/2020, informando que o benefício foi recalculado, resultando na supressão da rubrica denominada "opção", conforme determinado no item 9.3.1 do referido Acórdão.
028.235/2020-7	Ofício 1431/2020-TCU/Sefip, de 13/08/2020	Solicitação de documentação comprobatória referente ao cumprimento de requisitos na concessão de aposentadoria fundamentada no art. 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003.	Ofício nº 477/2020/COPAB/CGIP/DGP/SPG/ABIN/GSI/PR, de 06/10/2020, contendo as informações/documentação solicitadas pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefip/TCU.
036.620/2020-3	Ofício 0170/2020-TCU/Sefti, de 26/10/2020	Solicitação de informações acerca dos controles implementados em relação aos procedimentos de <i>backup</i> , relativamente às principais bases de dados e aos sistemas críticos da organização.	Questionário eletrônico respondido em 06/11/2020, de acordo com as orientações expedidas pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação – Sefti/TCU.
023.480/2016-5	Sistema CONECTA-TCU	Determinação para que sejam adotadas medidas com vistas à adequação dos procedimentos internos relativos à concessão, aplicação e prestação de contas de suprimento de fundos sigilosos (Acórdão/TCU nº 1154/2017-Plenário).	Ofício nº 14/2020/AGC/DG/ABIN/GSI/PR, de 23/11/2020, solicitando prorrogação do prazo para atendimento à determinação formulada no subitem 9.2 do Acórdão/TCU nº 1154/2017-Plenário por mais 90 (noventa) dias, tendo em vista que a edição do normativo (contemplando as adequações recomendadas pelo TCU e em estágio final de elaboração por esta ABIN) depende de prévia aprovação do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional - GSI/PR, nos termos do art. 7º da Portaria/GSI/PR nº 37, de 04 de junho de 2012. O subitem 9.3.1 do supracitado <i>decisum</i> foi objeto de Pedido de Reexame pela ABIN, o qual ainda está pendente de julgamento, mas que já obteve parecer favorável da Secretaria de Recursos do TCU e do Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU) para que seja tornada sem efeito.

			No que se refere à determinação contida no subitem 9.3.2 da decisão em comento, foram implantadas as devidas adequações no Manual SIAFI (procedimentos operacionais), permitindo a inclusão da natureza de despesa com diárias no rol de gastos considerados sigilosos passíveis de serem realizados na macrofunção 02.11.21 –“Suprimento de Fundos do Manual Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal”, em atendimento ao que dispõe o art.5º da Lei 4.320/1967).
--	--	--	--

Tratamento de Recomendações da Ciset/PR

A Secretaria de Controle Interno da Presidência da República – Ciset/PR expediu as seguintes recomendações em 2020:

Processo SEI	Expediente	Assunto	Resposta
00010.000682/2020-93	Ofício nº 17/2020/CGAC/Ciset/SG/PR, de 1º/09/2020	Solicitação de manifestação da área auditada a respeito da adequabilidade das análises e das conclusões apresentadas no Relatório Preliminar de Auditoria Anual de Contas - 2019, contendo os apontamentos efetuados pela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República sobre a avaliação da gestão de pessoal da ABIN.	Ofício nº 179/2020/GAB/DG/ABIN/GSI/PR, de 10/09/2020, informando que foi promovida análise do inteiro teor do relatório em questão, não havendo quaisquer considerações acerca da conclusão proposta pela Ciset/PR, em consonância com a manifestação externada pelo Departamento de Gestão de Pessoal - DGP desta ABIN.
00001.005196/2020-71	Ofício nº 100/2020/GABIN/Ciset/SG/PR, de 17/09/2020	A Egrégia Corte de Contas, por intermédio do Ofício nº 50041/2020-TCU/Seproc, de 15/09/2020, encaminhou cópia do Acórdão/TCU nº 2175/2020-Plenário à Ciset/PR, referente ao monitoramento do Acórdão/TCU nº 2.780/2016-Plenário, com objetivo de averiguar a existência de pagamentos indevidos de pensão a filhas maiores solteiras, em desacordo com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.372/1958, da Súmula nº 285 do TCU e do Acórdão/TCU nº 892/2012-Plenário. Há determinação para que sejam promovidos novo contraditório e ampla defesa das beneficiárias desse tipo de pensão civil, no intuito de serem saneados possíveis indícios de irregularidades.	Ofício nº 305/2020/GAB/DG/ABIN/GSI/PR, informando que foi promovido levantamento de todas as ocorrências de pensão civil concedidas no âmbito da ABIN, não sendo identificado qualquer fundamento legal associado a beneficiária na condição de filha maior solteira, amparada pelo artigo 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/1958.